

Sumário

<i>Abreviaturas e Siglas</i> ,	xv
<i>Apresentação</i> ,	xix
<i>Prefácio</i> ,	xxiii
<i>Nota do Autor</i> ,	xxvii
<i>Agradecimentos</i> ,	xxix
1	Introdução (Teoria Geral), 1
1.1	Teoria geral do direito administrativo moderno, 1
1.1.1	Realismo × positivismo jurídico, 1
1.1.2	Interpretação do direito administrativo: instrumento sistêmico e instrumento linguístico, 3
1.1.2.1	Instrumento sistêmico, 3
1.1.2.2	Instrumento linguístico, 9
1.1.3	Impossibilidade de o poder indiretamente legitimado alterar o estabelecido pelo poder diretamente legitimado, 15
2	Jurisprudência Ultrapassada, Divergência Jurisprudencial e Jurisprudência Pacífica, 19
3	Diferentes Critérios Adotados para a Conceituação do Direito Administrativo, 21
4	Direito Administrativo como Direito Público, 27
5	Objeto da Ciência do Direito Administrativo, 30
6	Conceito de Administração Pública sob os Aspectos Orgânico, Formal e Material, 32
7	Fontes do Direito Administrativo, 36
7.1	Lei formal, 39
7.2	Tratados internacionais, 42
7.3	Costume, 43
7.4	Princípios gerais do direito, 44



- 7.5 Regulamentos administrativos, 48
- 7.6 Regimentos, 51
- 7.7 Estatutos, 52
- 7.8 Instruções, 53
- 8 Relação Jurídico-Administrativa, 54
 - 8.1 Relação jurídica, 54
 - 8.2 Personalidade de direito público (elemento subjetivo), 61
 - 8.2.1 Administração direta, 62
 - 8.2.2 Administração indireta, 63
 - 8.2.2.1 Autarquia, 63
 - 8.2.2.2 Empresa pública, 71
 - 8.2.2.3 Sociedade de economia mista, 73
 - 8.2.2.4 Fundação pública e privada, 73
 - 8.3 Anteprojeto de lei orgânica da Administração Pública federal, 75
- 9 Entidade Paraestatal, 77
- 10 Terceiro Setor, 79
- 11 Consórcio Público, 81
- 12 Domicílio dos Entes da Federação e das Pessoas Jurídicas Estatais, 84
- 13 Princípios da Administração Pública, 85
 - 13.1 Introdução, 85
 - 13.2 Princípio da legalidade, 86
 - 13.3 Princípio da segurança jurídica, 90
 - 13.4 Princípio da impessoalidade, 94
 - 13.5 Princípio da moralidade, 96
 - 13.6 Princípio da publicidade, 98
 - 13.7 Princípio da eficiência, 100
 - 13.8 Princípio da proporcionalidade, 102
 - 13.9 Princípio da razoabilidade, 104
 - 13.10 Princípio da boa-fé, 106
- 14 Poderes Administrativos, 109
 - 14.1 Introdução, 109
 - 14.2 Poder hierárquico, 110
 - 14.3 Poder disciplinar, 112
 - 14.4 Poder de polícia, 114
 - 14.5 Poder regulamentar, 118
 - 14.6 Poder extroverso, 119
 - 14.7 Poderes implícitos, 121
- 15 Teoria do Órgão da Pessoa Jurídica: Aplicação no Campo do Direito Administrativo, 123
- 16 Competência Administrativa, 127
 - 16.1 Conceito, 127
 - 16.2 Critérios de distribuição, 127
 - 16.3 Delegação e avocação, 128
 - 16.4 Agente de fato, 130
- 17 Fatos da Administração Pública: Atos da Administração Pública e Fatos Administrativos, 133

- 18 Ato Administrativo, 136
 - 18.1 Conceito, 136
 - 18.2 Elementos, 138
 - 18.2.1 Competência, 139
 - 18.2.2 Forma, 140
 - 18.2.3 Objeto, 142
 - 18.2.4 Motivo, 143
 - 18.2.5 Finalidade, 144
 - 18.3 Validade, vigência, eficácia, legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade do ato administrativo, 146
 - 18.3.1 Validade, vigência e eficácia (teoria geral), 146
 - 18.3.2 Legitimidade, 155
 - 18.3.3 Imperatividade, 156
 - 18.3.4 Autoexecutoriedade, 157
 - 18.4 Ato de império e ato de gestão, 160
 - 18.5 Ato administrativo vinculado e discricionário. Mérito do ato administrativo. Motivação. Teoria dos motivos determinantes, 161
 - 18.5.1 Ato administrativo vinculado e discricionário, 161
 - 18.5.2 Mérito do ato administrativo, 165
 - 18.5.3 Motivação, 168
 - 18.5.4 Teoria dos motivos determinantes, 172
 - 18.6 Ato administrativo geral e individual, 173
 - 18.7 Ato administrativo interno e externo, 174
 - 18.8 Ato administrativo simples, complexo e composto, 175
 - 18.9 Ato administrativo unilateral, bilateral e multilateral, 178
 - 18.10 Ato administrativo inexistente, 178
 - 18.11 Teoria das nulidades no Direito Administrativo, 181
 - 18.11.1 Vícios do ato administrativo, 184
 - 18.11.2 Revogação e anulação do ato administrativo, 186
 - 18.11.2.1 Potestade revocatória, 186
 - 18.11.2.2 Anulação ou invalidação, 189
- 19 Silêncio da Administração Pública, 191
- 20 Licitação, 193
 - 20.1 Conceito, 193
 - 20.2 Obrigatoriedade, 195
 - 20.3 Competência, 196
 - 20.4 Princípios da licitação, 197
 - 20.5 Objetos da licitação, 199
 - 20.6 Exceções à obrigatoriedade da licitação, 200
 - 20.6.1 Licitação proibida, 200
 - 20.6.2 Licitação dispensada, 201
 - 20.6.3 Licitação dispensável ou dispensa de licitação, 204
 - 20.6.4 Inexigibilidade de licitação, 208
 - 20.7 Modalidades de licitação, 209
 - 20.8 Tipos de licitação, 213

- 20.9 Procedimento da licitação, 217
 - 20.9.1 Previsão orçamentária, 218
 - 20.9.2 Audiência pública, 221
 - 20.9.3 Edital e instrumento convocatório substitutivo, 221
 - 20.9.4 Documentação, 224
 - 20.9.5 Habilitação ou qualificação, 224
 - 20.9.6 Critérios de escolha do vencedor, 226
 - 20.9.6.1 Preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais, 227
 - 20.9.7 Homologação e adjudicação, 228
 - 20.9.8 Anulação e revogação, 230
 - 20.9.9 Dupla instância administrativa, 232
- 21 Contrato Administrativo, 234
 - 21.1 Conceito, 234
 - 21.2 Contratos privados da Administração Pública × contratos administrativos, 236
 - 21.3 Cláusulas exorbitantes, 239
 - 21.4 Cláusulas obrigatórias, 242
 - 21.5 Garantias, 243
 - 21.6 Duração, 244
 - 21.7 Alteração contratual, 245
 - 21.7.1 Bilateral, 247
 - 21.7.2 Unilateral, 248
 - 21.7.3 Reajuste, 249
 - 21.7.4 Revisão, 250
 - 21.7.5 Prorrogação, 251
 - 21.8 Formalização do contrato, 252
 - 21.9 Fiscalização contratual, 257
 - 21.10 Inexecução contratual, 258
 - 21.10.1 Inexecução culposa, 259
 - 21.10.2 Inexecução sem culpa, 260
 - 21.10.3 Exceção do contrato não cumprido, 260
 - 21.10.4 Teoria da imprevisão, 263
 - 21.10.5 Fato do príncipe, 266
 - 21.10.6 Fato da administração, 268
 - 21.10.7 Caso fortuito e força maior, 268
 - 21.11 Extinção do contrato, 271
 - 21.11.1 Extinção subjetiva, 272
 - 21.11.2 Extinção objetiva, 272
 - 21.11.3 Extinção por impossibilidade fática ou jurídica, 273
 - 21.11.4 Nulidade, 273
 - 21.11.5 Rescisão, 275
 - 21.11.6 Rescisão consensual ou amigável, 278
 - 21.11.7 Rescisão judicial, 279
 - 21.11.8 Rescisão unilateral ou administrativa, 279
 - 21.11.9 Rescisão arbitral, 280

- 21.12 Sanções administrativas, 285
- 22 Convênio Administrativo, 290
 - 22.1 Conceito e objetivos, 290
 - 22.2 Celebração e execução, 291
- 23 Serviço Público, 294
 - 23.1 Conceito, 294
 - 23.2 Princípios, 297
 - 23.3 Classificação, 302
 - 23.4 Remuneração, 304
 - 23.5 Direitos e deveres do usuário, 306
 - 23.6 Concessão de serviço público, 309
 - 23.6.1 Natureza jurídica e conceito, 309
 - 23.6.2 Regime jurídico-financeiro, 310
 - 23.6.3 Extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens, 312
 - 23.7 Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, 315
 - 23.8 Permissão de serviço público, 316
 - 23.9 Autorização de serviço público, 317
- 24 Parceria Público-Privada (PPP), 319
- 25 Bens Públicos, 325
 - 25.1 Domínio público, domínio eminente e domínio patrimonial, 325
 - 25.2 Conceito, 326
 - 25.3 Classificação e caracteres jurídicos, 328
 - 25.4 Regime jurídico, 333
 - 25.4.1 Inalienabilidade, 333
 - 25.4.2 Imprescritibilidade, 337
 - 25.4.3 Impenhorabilidade, 339
 - 25.4.4 Impossibilidade de oneração, 340
 - 25.4.5 Formas de aquisição, 340
 - 25.4.6 Uso de bem público por terceiro, 344
 - 25.4.6.1 Autorização de uso, 345
 - 25.4.6.2 Permissão de uso, 345
 - 25.4.6.3 Concessão de uso, 347
 - 25.4.6.4 Concessão de direito real de uso, 348
 - 25.4.6.5 Concessão de uso especial para fins de moradia, 350
 - 25.4.6.6 Cessão de uso, 351
 - 25.5 Bens públicos em espécie, 352
 - 25.5.1 Terras devolutas, 352
 - 25.5.2 Mar territorial, 354
 - 25.5.3 Plataforma continental, 354
 - 25.5.4 Faixa de fronteira, 355
 - 25.5.5 Terrenos de marinha e seus acrescidos, 359
 - 25.5.6 Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, 360
 - 25.5.7 Ilhas, 364
 - 25.5.8 Terrenos reservados, 365

- 25.5.9 Vias e logradouros públicos, 367
- 25.5.10 Domínio aéreo, 367
- 25.5.11 Recursos minerais, 368
 - 25.5.11.1 Águas, 368
 - 25.5.11.2 Minas e jazidas, 370
- 26 Intervenções do Estado na Propriedade, 372
 - 26.1 Introdução, 372
 - 26.2 Limitação administrativa, 374
 - 26.3 Ocupação temporária, 377
 - 26.4 Requisição administrativa, 379
 - 26.5 Tombamento, 380
 - 26.6 Servidão administrativa, 383
 - 26.7 Desapropriação, 386
 - 26.7.1 Tipos, 386
 - 26.7.1.1 Desapropriação ordinária, 388
 - 26.7.1.2 Desapropriação-sanção, 388
 - 26.7.1.3 Desapropriação por necessidade pública, 390
 - 26.7.1.4 Desapropriação por utilidade pública, 391
 - 26.7.1.5 Desapropriação por interesse social, 392
 - 26.7.1.6 Desapropriação por zona, 393
 - 26.7.1.7 Desapropriação indireta, 395
 - 26.7.2 Procedimentos, 397
 - 26.7.2.1 Utilidade pública, 397
 - 26.7.2.2 Interesse social, 402
 - 26.7.3 Objeto, 403
 - 26.7.4 Juros, 404
 - 26.7.5 Direito de extensão, 408
 - 26.7.6 Preferência e retrocessão, 409
- 27 Controle Interno e Externo da Administração Pública, 412
 - 27.1 Controle interno, 412
 - 27.2 Controle externo, 414
- 28 Controle Jurisdicional da Administração Pública no Direito Brasileiro, 419
- 29 Responsabilidade Civil do Estado, 426
 - 29.1 Evolução histórica e fundamentos jurídicos, 426
 - 29.2 Responsabilidade civil na prestação de serviço público: teoria do risco administrativo, 430
 - 29.3 Responsabilidade civil por conduta omissiva do Estado, 432
 - 29.4 Responsabilidade civil do Estado pela edição de ato legislativo, 433
 - 29.5 Responsabilidade civil do Estado por ato judicial, 435
- 30 Improbidade Administrativa, 438
 - 30.1 Introdução, 438
 - 30.2 Sujeito ativo, 442
 - 30.3 Prerrogativa de foro, 443
 - 30.4 Sujeitos passivos, 445

- 30.5 Ressarcimento do dano, perda do acréscimo patrimonial ilícito e indisponibilidade dos bens, 446
- 30.6 Tipos de atos de improbidade administrativa, 446
- 30.7 Gravidade da lesão à moralidade, 450
- 30.8 Sanções aos atos de improbidade administrativa, 451
- 30.9 Elementos subjetivos, 453
- 30.10 Processos, 455
- 30.11 Prescrição, 460
 - 30.11.1 Agente público, 460
 - 30.11.2 Particular, 461
 - 30.11.3 Ressarcimento, 461
- 30.12 Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, 462
- 31 Processo Administrativo, 463
 - 31.1 Introdução, 463
 - 31.2 Conceito, 464
 - 31.3 Procedimento Administrativo, 464
 - 31.4 Aplicabilidade, 465
 - 31.5 Princípios específicos do processo administrativo, 466
 - 31.5.1 Princípio da ampla defesa, 466
 - 31.5.2 Princípio do contraditório, 466
 - 31.5.3 Princípio da oficialidade, 467
 - 31.5.4 Princípio do formalismo moderado, 467
 - 31.5.5 Princípio da verdade real, 468
 - 31.6 Características específicas do processo administrativo, 468
 - 31.7 Súmula vinculante, 469
 - 31.8 Recurso administrativo, reconsideração e revisão, 469
 - 31.9 Reclamação administrativa, 472
- 32 Representação, 473
- 33 Recurso Hierárquico Próprio e Impróprio, 475
- 34 Agentes Públicos, 477
 - 34.1 Conceito, 477
 - 34.2 Cargos públicos, empregos públicos e funções públicas, 481
 - 34.3 Tipos de agentes públicos, 482
 - 34.3.1 Agentes políticos, 482
 - 34.3.2 Militares, 483
 - 34.3.2.1 Considerações iniciais, 483
 - 34.3.2.2 Estatuto dos militares (Lei nº 6.880/80), 484
 - 34.3.3 Empregados públicos, 485
 - 34.3.3.1 Conceito, 485
 - 34.3.3.2 Histórico, 486
 - 34.3.4 Contratados por tempo determinado (inc. ix do art. 37 da CF/88), 489
 - 34.3.5 Particulares em colaboração com o poder público, 491
 - 34.3.6 Servidores públicos, 492
 - 34.3.6.1 Concurso público, 493
 - 34.3.6.2 Provimento e investidura, 495

- 34.3.6.3 Posse e exercício, 497
- 34.3.6.4 Vacância, 498
- 34.3.6.5 Vitaliciedade, 498
- 34.3.6.6 Estabilidade, 499
- 34.3.6.7 Greve no serviço público, 503
- 34.3.6.8 Salário, vencimento, remuneração, soldo e subsídio, 508
- 34.3.6.9 Afastamento para o exercício de mandato eletivo, 512
- 34.3.6.10 Seguridade social do servidor público, 512
- 34.3.6.11 Responsabilidade administrativa do servidor público, 522

Questões Objetivas de Concursos, 531

Gabarito, 565

Referências Bibliográficas, 567

Índice Remissivo, 581